



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO N.º 14/2016

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPPR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Cruz Machado, nº 58, Centro, Curitiba-PR, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Dr. **SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade inscrita no Registro Geral sob o nº 874.531-5, inscrito(a) no CPF/MF nº 186.034.919-68, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES**, inscrita na CNPJ/MF sob o n.º 01.371.416/0001-89, com sede na Rua Professor João Cândido, n.º 555, Centro, na cidade de Londrina - PR, neste ato representada legalmente pelo Senhor **JÓSE CARLOS NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG sob o nº 40483977-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 550.896.829-68 e Senhora **ADELIA AYAKO YAMAKAWA VENDRAME**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG sob n.º 4.478.166-2- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob n. 746.759.079-20 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam em celebrar o presente contrato, que será regido nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/07, mediante as cláusulas e condições ora transcritas.

Ainda a prestação dos serviços objeto desta contratação obedecerá às disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico n.º 867/2015, para o lote 11.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VIGÊNCIA, REGIME DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, sob regime indireto, de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para a realização de chamadas locais e de longa distância, com destino a telefones fixos e móveis, a ser executada de forma contínua, originadas de linhas analógicas ou fluxo E1 e recepção de chamadas em linhas analógicas ou diretamente nos ramais (DDR), nos termos da legislação em vigor, para as diversas localidades do Estado arroladas no documento Anexo I do Edital, Lote 11, Itens 1, 2 e 3, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da **publicação** deste contrato.

1.2. O prazo de vigência fixado poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses se porventura a CONTRATANTE atingir o valor global do contrato.

1.2.1. O prazo contratual poderá ser renovado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos de 12 (doze) meses, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 103 e 104 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

1.3. Os serviços serão pagos sob o regime de empreitada, ou seja, pelo valor dos minutos de cada tipo de ligação realizada e dos serviços requeridos pela CONTRATANTE, sob os preços e o limite valorativo global indicados neste contrato.

1.4. O Gestor do contrato será indicado pelo órgão ou (unidade), cabendo ao funcionário **Thiago de Carvalho Paula** o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, nos termos do artigo 67 e parágrafos, da Lei 8666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único- Da designação de elementos credenciados e da fiscalização do contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Cada uma das partes envolvidas, designará elementos credenciados para coordenar e acompanhar as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade, referentes à execução deste contrato, observadas as seguintes condições e formalidades mínimas:

I - Cada uma das partes deverá comunicar formalmente à outra, os elementos designados conforme item anterior, informando o nome completo, endereço e telefone para contato;

II - Os elementos credenciados poderão realizar esclarecimentos, complementações e solucionar divergências desde que não alterem o presente Contrato, em reuniões documentadas por atas e assinadas pelos elementos credenciados de ambas as partes;

III - Todas as comunicações sobre o desenvolvimento da execução do objeto do presente Contrato serão formalizadas por escrito e dirigidas ao elemento credenciado da outra parte, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência dos trabalhos.

IV - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelos órgãos e entidades Contratantes, as quais competirá fiscalizar, controlar e avaliar a execução dos serviços, bem como a aplicação de penalidades, sob o devido processo legal caso haja descumprimento das obrigações contratadas. À SEAP, buscando manter os procedimentos de forma padronizada, caberá a gestão dos processos de contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS CUSTOS

2.1. A despesa com a execução deste contrato dar-se-á consoante os preços unitários fixados e os valores globais estimados mensalmente, de acordo com a proposta com os valores arrematados no pregão eletrônico 867/2015.

2.1.1. O valor global máximo estimado para o presente contrato perfaz **R\$ 5.595,74** (cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos), cujo montante reflete o valor estimado mensal multiplicado pelo número de meses previstos para o contrato, e traduz a quantidade máxima estimada de minutos, para todos os tipos de ligação, e de serviços a serem contratados no período.

2.1.2. As quantidades de minutos para cada tipo de ligação e de serviços, podem variar para mais ou menos, a depender da necessidade da CONTRATANTE, sempre observado o limite do valor global deste contrato.

2.2. É vedado o acréscimo de qualquer preço ao valor pactuado por minuto e serviço contrato.

2.3. O fato da CONTRATADA, por qualquer motivo, colocar na unidade usuária equipamento tecnicamente superior ou de maior capacidade não ensejará qualquer pagamento adicional ou modificação dos prazos previstos para atendimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contratado é o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 121 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento pela prestação dos serviços objeto deste contrato será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a apresentação da fatura ou nota fiscal para a CONTRATANTE, desde que devidamente aprovadas e atestadas e deduzidas glosas ou notas de débitos.

3.1.1. A CONTRATANTE deverá dar preferência para pagamento das faturas através do sistema de código de barras.

3.2. Para fins de pagamento pelo CONTRATANTE, independentemente se os serviços foram prestados direta ou indiretamente pela CONTRATADA, a prestação efetiva e integral dos serviços descritos neste contrato é de responsabilidade da CONTRATADA.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- 3.3. A nota fiscal ou fatura deverá obrigatoriamente identificar o mês da prestação do serviço, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, sendo que o CNPJ/MF constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.
- 3.4. No caso de ser constatado irregularidade na documentação apresentada, a CONTRATANTE devolverá a nota fiscal ou fatura à CONTRATADA para as devidas correções.
- 3.5. Ocorrendo a devolução da fatura, a empresa contratada terá a condição de apresentação de nova nota fiscal/fatura para pagamento da parte não incontroversa, sem prejuízo da análise da parte contestada.
- 3.6. Ocorrendo a suspensão do pagamento, a CONTRATADA será notificada para que no prazo de 05 (cinco) dias regularize as condições da prestação do serviço ou apresente justificativa.
- 3.6.1. Ocorrendo a hipótese descrita no parágrafo anterior, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a solução das respectivas pendências;
- 3.7. Por ocasião da primeira e da última nota fiscal ou fatura emitidas sob este contrato, o faturamento deverá incidir sobre os minutos de ligação do período considerado.
- 3.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, em decorrência de penalidade ou inadimplência, ou fiscal que tenha sido imposta à CONTRATADA, nos termos da legislação vigente e do presente Instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. São obrigações da CONTRATADA, nos termos dos critérios técnicos fixados no Edital do Pregão Eletrônico n.º 867/2015 e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima:

- a) Garantir a qualidade das ligações fornecidas, independentemente do meio sem linha cruzada e sem queda de ligações;
- b) Fornecer informações, relatórios e arquivos com detalhes sobre as ligações;
- c) Facilitar o processo de transição e ativação dos serviços, infraestrutura e números, no caso mudança de operadora ou alterações nos serviços prestados, adequando a sua ativação às necessidades e características da infraestrutura atualmente em uso no órgão interessado, buscando minimizar qualquer impacto;
- d) Manter Plano de Contingência estabelecido de comum acordo, a ser utilizado em caso de manutenção programada e não programada na infraestrutura da CONTRATADA e no Órgão interessado;
- e) Cumprir os requisitos estabelecidos no Anexo I.III – Operação e Níveis de Serviço;
- f) Ter a capacidade técnica, quando solicitado, de ativar terminais telefônicos analógicos e fluxos E1 para DDR, junto à(s) Central(is) Telefônica(s) de cada órgão contratante, acatando acréscimos e supressões solicitadas;
- g) Que as linhas telefônicas analógicas individuais fornecidas pela CONTRATADA deverão ter capacidade de reconhecimento de discagem decádica e/ou multifrequencial;
- h) Promover a ativação ou desativação da identificação do número de origem da chamada para qualquer terminal contratado, seja analógico ou fluxo E1, a qualquer tempo quando solicitado pelo órgão contratante;
- i) Os terminais analógicos e fluxos E1 constantes no Anexo I correspondem às quantidades iniciais e poderão ser modificadas para mais ou para menos conforme a tendência do volume de ligações;
- j) Para a prestação de serviços de telefonia local, a CONTRATADA deverá fornecer e conectar Troncos bidirecionais de Entrada e Troncos de Saída;
- k) Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos bidirecionais de Entrada e Saída, e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

l) A preparação para fornecimento dos serviços inclui a instalação, por parte da CONTRATADA, e às suas expensas, de sistemas, programações, configurações, bastidores, links e todos os dispositivos necessários para a prestação dos serviços;

m) Caso não tenha capacidade técnica, quando solicitado pelo órgão contratante, a qualquer tempo, de ativar terminais telefônicos analógicos em qualquer endereço dos lotes deste edital, deverá fornecer fluxo E1, responsabilizando-se integralmente pela instalação, operação e manutenção da infraestrutura necessária, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

n) Efetuar ampliações ou supressões de capacidades que se fizerem necessárias, dentro dos prazos acordados com os órgãos contratantes, sujeitando-se às penalidades no caso de não atendimento;

o) As linhas convencionais e os fluxo E1, devem atender a interligação com o sistema telefônico corporativo do Governo do Estado;

p) Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA, caso esta seja diferente da empresa que presta o serviço atualmente, deverá submeter à aprovação do ÓRGÃO CONTRATANTE um plano de implementação da portabilidade;

q) Caso ocorra modificação de operadora que atende a telefonia local do Órgão Contratante, as alterações devem contemplar as seguintes atividades, dentre outras:

r) Implementação da Portabilidade para as linhas analógicas e digitais indicadas pelo órgão contratante;

s) Definição dos procedimentos técnicos de testes de aceitação;

t) Caso a empresa vencedora de um lote já esteja prestando o serviço, esta empresa deverá manter todos os recursos existentes anteriormente no local, salvo solicitação formal de alteração do órgão contratante.

u) A implementação da portabilidade, nos casos dos lotes em que a Contratada seja uma empresa diferente daquela que presta os serviços atualmente, deverá contemplar no mínimo os seguintes testes:

v) O tom de linha disponível para a marcação do número a ser chamado, no período de maior movimento, deverá ser liberado em no máximo três segundos após o acionamento do terminal provido por acesso digital ou analógico, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos;

w) Para os terminais DDR, deverá ser possível receber chamadas diretamente nos ramais para todas as faixas de numeração contratadas.

x) A CONTRATADA deverá estabelecer entendimentos técnicos para assegurar que, durante a transição, o órgão contratante não necessite aumentar a quantidade de troncos públicos de suas centrais telefônicas;

y) Interrupções para manutenção e transição no fornecimento das ligações e serviços associados somente serão aceitas com negociação técnica prévia com o órgão contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, de forma a minimizar o impacto operacional;

z) Os serviços contratados deverão ter, conforme sua característica, a garantia de disponibilidade conforme os critérios definidos neste contrato e seus anexos.

a.1) Na ocorrência de defeitos que impeçam a operação normal dos serviços, o órgão CONTRATANTE fará a notificação à CONTRATADA; para tanto, a CONTRATADA deverá estabelecer um canal de comunicação para registro de reclamações sobre o objeto contratado, com funcionamento ininterrupto no período de 24 horas, 7 dias por semana e que tenha condições de fornecer número de protocolo para acompanhamento das solicitações de esclarecimento ou reclamações registradas. O acompanhamento deve utilizar o prazo calculado entre a data e hora do registro do protocolo do primeiro contato do órgão contratante com a CONTRATADA, até a percepção pelo órgão contratante do serviço realizado e operando normalmente.

b.1) O órgão contratante considerará o serviço restabelecido mediante a percepção na qualidade no fornecimento do mesmo. Para tanto poderá solicitar testes e acompanhamentos durante o reinício da operação.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

c.1) Na ocorrência de qualquer evento que venha a impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos para correção dos problemas técnicos, uma ação de contingência deverá ser assumida, com a finalidade de minimizar o impacto do problema e garantir a funcionalidade dos serviços.

d.1) Nos casos de intervenções programadas que venham a afetar quaisquer dos serviços prestados, deverá informar por escrito a área gestora do contrato.

e.1) Deverá manter contato direto com o Gestor do Contrato, bem como outros servidores indicados pela Contratante, para realizar solicitações relativas a esta contratação tais como habilitação, desabilitação, entre outros.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REQUISITOS À OPERAÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS

5.1. São requisitos obrigatórios, a serem cumpridos pela CONTRATADA, para a operação contínua dos serviços:

a) Para cada terminal telefônico analógico em operação, o serviço contratado deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias do ano, com uma indisponibilidade cumulativa máxima de 7 (sete) horas por mês, limitado a 3 falhas por mês;

b) As falhas em terminais analógicos deverão ser restabelecidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

c) Para cada fluxo E1 em operação, o serviço contratado deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias do ano, com uma indisponibilidade cumulativa máxima de 4 (quatro) horas por mês, limitado a 3 falhas por mês;

d) As falhas em fluxos E1 deverão ser restabelecidas em no máximo 24 (vinte e quatro) horas;

e) Durante a operação contínua dos serviços, a qualidade das chamadas deve ser garantida: nível de ruído aceitável, volume adequado, sem linha cruzada, sem atraso do áudio e sem queda de ligações;

f) O tom de linha deverá estar disponível para a marcação do número a ser chamado em, no máximo, três segundos após o acionamento do terminal provido por acesso digital ou analógico, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos;

g) O tempo máximo para estabelecimento da conexão das chamadas deve ser inferior a 6 (seis) segundos;

h) Informar a ocorrência de interrupção programada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

i) Informar a ocorrência de interrupção não programada em até 02 (duas) posteriores à ocorrência, mediante notificação do órgão contratante;

j) Prestar esclarecimentos sobre qualquer aspecto de faturamento, técnico ou operacional deste contrato, quando solicitado, em até 48 (quarenta e oito) horas;

k) Ativar terminais telefônicos quando solicitado pelo órgão contratante em até 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato.

b) Promover a fiscalização da execução dos serviços contratados.

c) Propor ou aceitar, nos termos da Lei, alterações aos termos do contrato celebrado com a CONTRATADA, que visem o seu aprimoramento no atendimento.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1. No âmbito da sua responsabilidade, apurada mediante o devido contraditório, a CONTRATADA responde civil, penal e administrativamente por todos os eventos resultantes da execução direta e indireta do contrato, de forma solidária, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, tanto em suas unidades próprias como na(s) da(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento das exigências estabelecidas no item 2, Anexo I.III, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

- I – 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento** quando a somatória mensal das interrupções for superior a 7 (sete) horas ou quando o número de falhas for superior a 3 (três) / por mês, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês, para o requisito estabelecido no item 2.1;
- II – 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada interrupção corrigida em tempo superior a 8 (oito) horas, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.2;
- III - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento** quando a somatória mensal das interrupções for superior a 4 (quatro) horas ou quando o número de falhas for superior a 3 (três), com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, para o requisito estabelecido no item 2.3;
- IV - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada interrupção corrigida em tempo superior a 8 (oito) horas, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.4;
- V – Para cada terminal telefônico afetado, 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência detectada por 02 (dois) dias consecutivos, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para os requisitos estabelecidos nos itens 2.5, 2.6 e 2.7;
- VI – Para cada terminal telefônico afetado, 2% (dois por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.8;
- VII - Para cada terminal telefônico afetado, 2% (dois por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.9;
- VIII – Para cada solicitação não atendida no prazo, multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, para o requisito estabelecido no item 2.10;
- IX - Para cada solicitação não atendida no prazo, multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, por terminal, para o requisito estabelecido no item 2.11;
- X – As penalidades poderão ser cumulativas quando for o caso;
- XI – O valor da multa deverá ser aplicado como desconto na próxima nota fiscal / fatura a ser apresentada pela Contratada;
- XII – As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- XIII – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa.
- XIX - Conforme previsto no item 1.2 o prazo máximo de recuperação de falhas é de 24 horas não sendo objeto de penalidade eventos inferiores a este prazo. No caso de penalidades devido a reincidências mensais estas somente se aplicarão se maiores que 03 reincidências dentro de um mesmo mês.
- XX - Como aqui todos os serviços estão sendo medidos individualmente por acesso, as penalidades quando aplicadas, também serão contabilizadas especificamente sobre o faturamento mensal dos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

serviços afetados. Excluem-se daqui quaisquer eventos sob responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus equipamentos.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. No interesse do órgão CONTRATANTE, poderá haver a "alteração" do contrato, especificamente em relação ao aumento ou supressão do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global arrematado que se estima para todo o contrato, conforme previsão do art. 112, § 1º, da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.1.1. O limite de 25% (vinte e cinco por cento) referido terá por base o valor global arrematado para o contrato, conforme se dispõe na Cláusula Segunda.

9.1.2. É possível a alteração qualitativa do contrato que supere os limites legais, nos termos do art. 112, § 2º, da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.2. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do art. 112 da Lei Estadual 15.608/07.

9.3 Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, Acórdão TCU nº 1563/2004 - Plenário e artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a partir da demonstração analítica, pela contratada, dos componentes dos custos que integram o contrato.

9.3.1 O prazo mencionado no item anterior será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

9.3.2 Considera-se a data do orçamento, o IST para telefonia fixa do mês anterior o da data da apresentação da proposta, ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

9.4. A CONTRATADA deverá encaminhar os pedidos por escrito, juntamente com os documentos comprobatórios, os quais serão analisados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1. O contrato, a ordem de serviço/compra ou documento equivalente poderão ser rescindidos (ou cancelados) pela Administração nas seguintes hipóteses:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei Federal 8.666/1993.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 128 e 129 da Lei 15.608/2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE poderá considerar resolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

a) deixar de executar o objeto do contrato, nos prazos estabelecidos, ou infringir qualquer disposição contratada;

b) tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

c) recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do serviço;

7



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- d) atrasar, Injustificadamente, a prestação dos serviços;
- e) promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUDITORIA

11.1. O cumprimento das obrigações avençadas neste contrato será, imediata e permanentemente, monitorado pela CONTRATANTE, à qual é reservado o direito de solicitar informações de cunho gerencial, administrativo e técnico à CONTRATADA, com o objetivo de avaliação de índices de desempenho, de satisfação e de qualidade, que deverão ser utilizados pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA para promoção da saúde dos beneficiários, através de políticas específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

12.1. A CONTRATADA deverá fazer, até o vigésimo dia após assinatura do contrato, a prestação de garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor máximo fixado para este contrato, optando por uma das modalidades dispostas no art. 102, § 1º da Lei Estadual nº 15.608/2007.

12.1.1. Quando ocorrer alteração do valor contratual, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, junto com o pedido da alteração, apresentar garantia contratual no valor correspondente até 5% (cinco por cento) do valor da alteração, com a mesma validade do item acima, podendo optar pelas modalidades previstas no art. 102, § 1º, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

12.1.2. Caso ocorra renovação contratual, a CONTRATADA obrigará-se a apresentar nova garantia contratual, nas mesmas condições acima citadas, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor que constará no termo aditivo, e assim sucessivamente, a cada alteração do valor contratual.

12.1.3. A garantia oferecida responderá pela execução contratual, aí compreendido o pagamento de eventuais multas impostas ou indenizações devidas.

12.1.3.1. Quando a garantia for "seguro-garantia" a apólice não poderá conter restrição.

12.1.4. Tratando-se de caução em dinheiro, a mesma ficará retida em seu valor total e será atualizada conforme variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 102, § 5º, da Lei Estadual nº 15.608/2007, após a execução do contrato, até dois meses após o vencimento do presente contrato, podendo então ser levantada pela CONTRATADA mediante requerimento.

12.1.5. Após dois meses ao término do contrato, a CONTRATADA, mediante requerimento, poderá levantar a garantia apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LACUNAS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação e da jurisprudência aplicáveis à espécie, com vistas a melhor cumprir a função social do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

14.1. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária 0701.03.122.43.4008 – Gestão da Defensoria Pública. Fonte 147 – Receitas Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal. Rubrica 3.3.90.39.58 – Serviços de Telecomunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTA CONTRATAÇÃO

15.1. A prestação dos serviços objeto desta contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

presente contrato, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

Edital do Pregão Eletrônico n.º 867/2015 com todos os seus anexos.

Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 14 de setembro de 2016.

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA

SERCOMTEL S/A
ADELIA AYAKO YAMAKAWA VENDRAME

SERCOMTEL S/A
JOSE CARLOS NASCIMENTO

TESTEMUNHAS

Nome: Juliana B. F. de Santos
CPF: 053.661.879-82

Nome: Edson Evangelista da Silva
CPF: Sercomtel - Vendas
(43) 3375-1385

CFP
 FI 37
 PIS

ESTADO DO PARANA
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

 I NOTA DE EMPENHO - EMP DATA: 25/08/2016 PEDIDO: 07000006000486 EMPENHO: 0700000600594-1 I

ORGAO : DEFENSORIA PUBLICA
 UNIDADE : DEFENSORIA PUBLICA
 SUB-UNIDADE : DEFENSORIA PUBLICA C.N.P.J DA UNIDADE: 13.950.733.0001-39
 PROJ/ATIV. : GESTAO DA DEFENSORIA PUBLICA
 CARACTERISTICAS - RECURSO : NORMAL TIPO EMPENHO .. : ESTIMATIVA
 ADIANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / / DIFERIDO : NAO
 OBRA : NAO ESCRITURAL . : NAO PREVISAO PGTO . :
 UTILIZACAO.. : NAO INFORMADO FORMA LICITACAO : PREGAO N.: PE867/15-DEAM
 TIPO LICITACAO : 1-MENOR PREÇO
 RES.SALDO .. : NAO CONVENIO : NAO
 COND PAGTO.. : D.D.F. : *** NAO INFORMADA PRAZO ENTR:
 P.A.D.V. ... : NAO INFORMADO NR. SID... : NAO INFORMADO

CREDOR -

TIPO CREDOR : 1 - PF, PJ, ORGAO NAO INTEGRANTE OFSS
 CODIGO : 9103417-4 CGC : 01371416000189 C/C BANCO 0001 AG. 3407 CONTA 0000079000-1
 NOME : SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES
 ENDEREÇO : PROF JOAO CANDIDO 555 CENTRO LONDRINA CEP: 82020000 U.F.: PR

I DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO I					


I	DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL	I
I	07 01 0000 4008 0000 3390.3958 147	953.928,05	932,62	952.995,43	I

VALOR TOTAL DO EMPENHO : 932,62 (NOVECIENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS *****)
 { ***** }
 { ***** }

HISTORICO : DESPESA C/CONTRATAÇÃO SERVIÇOS TELEFONIA FIXA COMUTADA ATRAVÉS ADESÃO À ATA SRP 867/2015-DEAM/SEAP_P
 PERIODO: 01/09/16 A 31/12/16_PI 14.205.771-9

DATA AUTORIZACAO DESPESA : 25/08/2016 ORDENADOR DA DESPESA : 02025 - SERGIO R. PARIGOT SOUZA


 EDIONE BERNARDINO
 CONTADORA - CRC 062462/PR
 COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO


 Sérgio R. Rodrigues Parigot de Souza
 Defensor Público-Geral do Estado

Federal	UND
IN	08/10/16
	11/11/16
	01/09/16
	14/10/16
	03/12/16
	01/02/17

Defensoria Pública do Estado

EXTRATO DO CONTRATO 14/2016

Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPPR

Protocolo nº 14.205.771-9

Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná (Contratante) e Sercomtel S.A. Telecomunicações (Contratada).

Objeto: Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para a realização de chamadas locais e de longa distância.

Valor global máximo estimado: R\$ 5.595,74 (cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Vigência do contrato: 24 meses contados a partir da publicação.

Dotação Orçamentária: 0701.03.122.43.4008 – Gestão da Defensoria Pública, Rubrica: 3.390.39.58 – Serviços de Telecomunicações, Fonte 147 – Tesouro Geral do Estado por determinação legal.

Data da Assinatura: 14 de setembro de 2016.

Curitiba, 14 de setembro de 2016.

Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

84910/2016

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPPR

Inexigibilidade nº 006/2016

Protocolo nº 14.228.778-1

PARTES: Defensoria Pública do Estado do Paraná e Lilian Milnitsky Stein.
OBJETO: Workshop presencial sobre avanços científicos em psicologia do testemunho aplicados à prática do Defensor Público.

VALOR TOTAL: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0700.03.122.43.4008, Fonte 100, R\$ 2.000,00 (honorários) na Rubrica 3.3.90.36.28 e R\$ 400,00 (obrigação patronal) na Rubrica 3.3.90.47.24.

FUNDAMENTAÇÃO: Art.33, II, Lei Estadual nº 15608/2007

Data do termo: 14 de setembro de 2016.

Curitiba, 15 de setembro de 2016.

Sérgio Roberto R. Parigot de Souza
Defensor Público Geral

85306/2016

Ministério Público do Estado do Paraná

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROTOCOLO Nº: 18285/2016 DISPENSA Nº: 330/2016

CONTRATADO: Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

CNPJ 76.437.383/0001-21

OBJETO: Confeção de 200 kits (envelope + carta + 2 gravuras Pety Lazzarotto) para uso do Cerimonial do MPPR com base no art. 24, inciso VIII, da Lei 8666/93 (Parecer nº 2947/2016-NAJ).

DOT. ORÇAMENT.: 0960.03091434.011 - Elemento despesa: 3390.3016

VALOR: R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).

AUTORIZADO por: Rafael Kotaka – Coordenador Executivo da SUBADM

85073/2016

Extrato de Termo de Contrato

PROTÓCOLOS: 22553/2014; 2074/2015; 15565/2015; 72/2016; 20248/2015 e 15574/2015 – CONTRATOS: 130/2016; 132/2016; 133/2016; 134/2016; 136/2016 e 138/2016 – PP: 15/2016

CONTRATADO: Infocable Infraestrutura e Tecnologia Ltda. - ME.

CNPJ: 13.168.343/0001-01.

OBJETO: Prestação de serviços de infraestrutura, cabeamento lógico, instalações elétricas e telefônicas nas unidades do contratante, situadas à Rua Ivaí, 515, Fórum, nas PJ da Comarca de Andaraí/PR (130/2016); à Rua Marins Alves de Cantargo, 1587, nas PJ da Comarca de Marialva/PR (132/2016); à Rua Joaquim Rodrigues Ferreira, 1260, Fórum, nas PJ da Comarca de Cambaú/PR (133/2016); à Rua Júlio Farah, 358, nas PJ da Comarca de Ribeirão do Pinhal/PR (134/2016); à Rua Jorge da Comarca de Carlópolis/PR (136/2016); à Tra 2ª e 3ª PJ da Comarca de Cianorte/PR.

VALORES: R\$ 4.878,57 (130/2016); R\$ 5.027 (132/2016); R\$ 26.632,40 (134/2016); R\$ 2.887 (138/2016).

DOT. ORÇ.: 0960.03091434.011 – subelemento 3390.3905; 3390.3916 e 4490.5235.

PRazo DE EXECUÇÃO: Conforme disposto no Edital.

AUTORIZAÇÃO: Eliezer Gomes da Silva – S para Assuntos Administrativos em exercício (13 Coordenadoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Assessoria Executiva da SUBADM (demais

Extrato de Termo de Contrato
PROTOCOLO: 16715/2016 – INEX: 35/2016 – CONTRATO: 137/2016.
CONTRATADO: Empresa Folha da Manhã S/A (CNPJ: 60.579.703/0001-48).
OBJETO: Assinatura diária de 01 exemplar do Jornal Folha de São Paulo.
DOT. ORÇ.: 0960.03091434.011 – subelemento de despesa: 3390.3901
VALOR: R\$ 928,89 (novecentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos).
VIGÊNCIA: 16/10/2016 a 15/10/2017.
AUTORIZAÇÃO: Rafael Kotaka – 2º Coordenador Executivo da SUBADM.

85274/2016

Federal

Senac

SENAC/PARANÁ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 12/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O SENAC/PR, Edital disponível no site: www.pr.senac.br/licitacoes/. Acolhimento propostas: até às 08h00min do dia 29.09/2016. Disputa: 29.09/2016 - 09h00min. Local da disputa: www.licitacoes-e.com.br. Darcy Piana – Presidente do Conselho Regional do SENAC/PR. Curitiba-PR 16/09/2016.

85101/2016

Ordem dos Advogados do Brasil

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 46/2016

A Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, notifica os advogados e interessados a seguir relacionados para tomarem conhecimento e se manifestarem nos processos indicados, na forma do disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 8.906/94, e no artigo 137-D, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Regulamento Geral do Estatuto da OAB.

A) Da data e horário em que a Câmara Especial do Tribunal de Ética e Disciplina reunir-se-á em Sessão Ordinária de Julgamento, na sede da Seccional, localizada na Rua Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, quando serão submetidos a julgamento os seguintes processos: **01) PROCESSO Nº 4837/2013** – *ex-officio* x R.B.R. (Adv. Rodrigo Bettega Ressetti OAB/PR nº 23.072 – Dorival Angeluci OAB/PR nº 28.297); **02) PROCESSO Nº 4837/2013** – *ex-officio* x N.B.M. (Adv. Ney Brodbeck May OAB/PR nº 10.112 – Ingrid Medrek OAB/PR nº 69.629); **03) PROCESSO Nº 1414/2015** – *ex-officio* x F.T.C. (Adv. Fernanda Tirolle Condessa OAB/PR nº 31.827 – Leonardo Cumin Carignano OAB/PR nº 58.944); **04) PROCESSO Nº 3306/2015** – *ex-officio* x I.R. (Adv. Ivan Ribas OAB/PR nº 4.394 – Raphael Kissula Loyola OAB/PR nº 71.720). [03 de outubro de 2016, a partir das 17h00].

B) Da data e horário em que a 2ª Turma de Julgamento da Capital do Tribunal de Ética e Disciplina reunir-se-á em Sessão Ordinária, na sede da Seccional, localizada na Rua Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, quando será submetido a julgamento o seguinte processo: **01) PROCESSO Nº 5654/2013** – *ex-officio* x I.S.P.F. (Adv. Ivan Secou Parolin Filho OAB/PR nº 13.863 – Larissa Oliveira Prado Souza OAB/PR nº 58.121). [10 de outubro de 2016, a partir das 17h00].

C) Da data e horário em que a 8ª Turma de Julgamento do Interior do Tribunal de Ética e Disciplina reunir-se-á em Sessão Ordinária, na sede da Subseção de Maringá, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 970 – Maringá/PR, quando serão submetidos a julgamento os seguintes processos: **01) PROCESSO Nº 4543/2015** – Juliana Heloize dos Santos Paiva x R.R.J. (Adv. Rosana Rigonato Junqueira OAB/PR nº 23.422 – Anny Caroliny Mattia de Camargo OAB/PR nº 74.503); **02) PROCESSO Nº 6626/2015** – *ex-officio* x G.V.C. (Adv. Guilherme Villi Cavallari OAB/PR nº 64.022 – Milton Rodrigo Gonçalves OAB/PR nº 69.826); **03) PROCESSO Nº 7242/2015** – Abraão Souza Vendramini OAB/PR nº 27.533 – Luiz Henrique de outubro de 2016, a partir das 09h30].

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
604732116

Documento emitido em 19/09/2016 12:24:11.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9783 | 16/09/2016 | PÁG. 21

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: www.imprensaoficial.pr.gov.br

85203/2016

no relacionados das decisões proferidas pelo las quais caberá, no prazo de 15 (quinze) dias, forma do disposto no artigo 76 do EOAB: **01) ex-officio** x A.M.E.F.A.C. (Adv. Ana Maria Esteves PR 27.981 – Rodrigo da Silva Barroso OAB/PR **3143/2013** – *ex-officio* x D.A.A. (Adv. Douglas 766 – Rodrigo da Silva Barroso OAB/PR nº **61/2013** – *ex-officio* x E.P. (Adv. Esoani Portes OAB/PR nº 770 – Rodrigo da Silva Barroso OAB/PR nº 44.478); **04) PROCESSO**